



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



RECURSO N° REC 29 /2018 018

(Do Senhor Deputado DELMASSO e Outros)

L I D O
Em 28/6/18
Secretaria Legislativa

**Contra a INADMISSIBILIDADE da
EMENDA SUBSTITUTIVA nº 04 na
Comissão de Constituição e Justiça – CCJ,
referente ao PROJETO DE LEI N.º 1.864, de
2017, que "Altera Lei nº 5.323, de 17 de
março de 2014, que dispõe sobre a
prestação do serviço de táxi no Distrito
Federal e dá outras providências, e a Lei nº
5.691 de 02 de agosto de 2016, que dispõe
sobre a regulamentação da prestação do
Serviço de Transporte Individual Privado
de Passageiros Baseado em Tecnologia de
Comunicação em Rede no Distrito Federal
e dá outras providências, para estabelecer
idade máxima de 8 anos para os veículos
que menciona", de autoria do Deputado
Delmasso.**

Setor Protocolo Legislativo

REC N° 29 /2018

Folha N° 01 *Paula*

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do
Distrito Federal,**

Trata-se de Emenda Substitutiva nº 04 ao projeto de lei que Projeto de
Lei que "Altera Lei nº 5.323, de 17 de março de 2014, que dispõe sobre a prestação
do serviço de táxi no Distrito Federal e dá outras providências, e a Lei nº 5.691 de 02



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO



de agosto de 2016, que dispõe sobre a regulamentação da prestação do Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros Baseado em Tecnologia de Comunicação em Rede no Distrito Federal e dá outras providências, para estabelecer idade máxima de 8 anos para os veículos que menciona”, de autoria deste Parlamentar.

Neste sentido, submeto à apreciação de Vossa Excelência e dos nobres Deputados do Plenário desta Casa, o presente **RECURSO**, contra a inadmissibilidade da emenda substitutiva nº 04 da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, que na 2ª Reunião Extraordinária ocorrida no dia 19/06/18 houve por bem o relator em declarar pela inadmissibilidade da emenda substitutiva em referência.

Compete à Comissão de Constituição e Justiça pronunciar-se sobre a admissibilidade das proposições em tramitação, especificamente quanto aos seus aspectos constitucionais, jurídicos, legais, redacional e de técnica legislativa, conforme disposto no inciso I, art. 63 do Regimento Interno.

É breve o relatório.

Dispõe o § 1º do art. 63 do Regimento Interno que é terminativo o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, cabendo recurso ao Plenário interposto por um oitavo dos Deputados Distritais, no prazo de cinco dias úteis.

Em seu turno, cumpre salientar que o presente recurso tem previsão normativa no art. 152, III, § 1º, II, e o recorrente tem legitimidade para fazê-lo e as razões estão oferecidas nos referidos dispositivos regimentais.

Assim, o processo de controle legislativo da constitucionalidade das proposições, para ser eficaz, deve prever a possibilidade de recurso ao Plenário contra a decisão da CCJ que conclua pela inconstitucionalidade e inadmissibilidade.

No parecer, exarado pela relatora, a deputada Celina Leão, acentua, em síntese, que a Emenda é inadmissível por incompatibilidade com o teor da proposta original.

O recurso objetiva discutir essa incompatibilidade nos argumentos propostos pela inadmissibilidade da emenda. 0

Setor Protocolo Legislativo

REC Nº 29 / 2018
Folha Nº 02 *Tamela*



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO



Pelo exposto, serve o presente para requerer:

- a) **seja admitido o presente recurso e nos termos do art. 152, § 3º, seja a emenda substitutiva submetida ao Plenário desta Casa;**
- b) **em sendo o recurso provido para que, reformando-se a decisão da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ seja dado o devido encaminhamento à emenda substitutiva nº 04 ao Projeto de Lei n.º 1.864/2017.**

Sala das Sessões, em

Deputado **DELMASSO**

Autor

DEP. CHICO VICENTE

DEP. SÉLIO CESAR

Setor Protocolo Legislativo

REC Nº 29 / 2018

Folha Nº 03 *Paula*

Assunto: Distribuição do Recurso nº 29/18, que “ contra o parecer da CCJ pela inadmissibilidade da emenda substitutiva nº 04 ao Projeto de Lei nº 1.864/17, que “Altera Lei nº 5.323, de 17 de março de 2014, que dispõe sobre a prestação do serviço de táxi no Distrito Federal e dá outras providências, e a Lei nº 5.691 de 02 de agosto de 2016, que dispõe sobre a regulamentação da prestação do Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros Baseado em Tecnologia de Comunicação em Rede no Distrito Federal e dá outras providências, para estabelecer idade máxima de 8 anos para os veículos que menciona “.

Autoria: Deputado (a) Delmasso (PRB)

Ao **SPL** para indexações, em seguida a Secretaria Legislativa para inclusão na Ordem do Dia. (Art. 63, § 1º do RICL).

Em 29/06/18



MARCELO FREDERICO M. BASTOS
Matrícula 13.821
Assessor Especial

Setor Protocolo Legislativo

REC Nº 29 12018
Folha Nº 04 Paulo